

Diagnóstico Consolidado da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente

Município de Santo Antônio de Pádua – RJ
Ano-base: 2025

1. Introdução

Este documento apresenta o Diagnóstico Consolidado da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Santo Antônio de Pádua, com base nos dados coletados por meio de formulários aplicados junto às principais instituições envolvidas no atendimento infantojuvenil.

2. Objetivo

O objetivo é subsidiar o planejamento intersetorial, a construção do Plano de Ação e Aplicação do CMDCA para o ano de 2026 e a elaboração de políticas públicas.

3. Metodologia

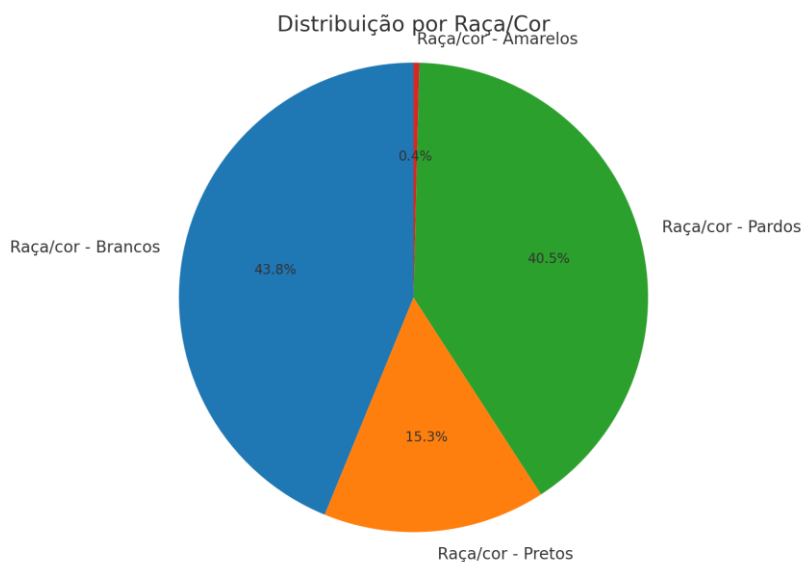
O Diagnóstico Consolidado da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes do Município de Santo Antônio de Pádua, tem como base os formulários preenchidos pelos diversos setores. A análise se organiza por eixos temáticos, com inclusão de tabelas e gráficos dos dados coletados.

EIXO 1 – PERFIL DA POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL

Abaixo, os dados extraídos do Cadastro Único:

Categoria	Quantidade
Total de crianças e adolescentes (0 a 17 anos)	5550
Sexo feminino	2724
Sexo masculino	2826
Raça/cor - Brancos	2432

Raça/cor - Pretos	851
Raça/cor - Pardos	2245
Raça/cor - Amarelos	22
Raça/cor - Indígenas	0
Frequência em escolas públicas	4234
Frequência em escolas privadas	185
Moram em distritos	1515
Moram na cidade	4035
Possuem água encanada	5501
Com alguma deficiência	164
Recebem Bolsa Família	4141
Recebem BPC	144



Com base nos dados acima, observa-se o seguinte:

- Há equilíbrio entre **meninos** e **meninas**;
- A maioria se identifica como **branca** ou **parda** e em menor número pretos, amarelos e nenhum indígena registrado;
- Grande parte frequenta **escolas públicas**;
- A maioria reside na **zona urbana**, mas ainda há uma quantidade significativa na **zona rural/distritos**;
- **5.501** possuem água encanada, o que revela boa cobertura sanitária;
- Cerca de **3%** têm alguma deficiência.

EIXO 2 – ESTRUTURA DOS SERVIÇOS

Este eixo apresenta o aprofundamento da Estrutura dos Serviços, sistematizando informações qualitativas dos formulários sobre: infraestrutura física, equipe, recursos/equipamentos, adequação entre demanda e capacidade e integração intersetorial.

CASA LAR JANDIRA DA SILVA ALBINO

É um serviço de acolhimento institucional que oferece moradia temporária e protegida para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou estão em situação de risco, afastados de suas famílias por determinação judicial.

A faixa etária predominante é a de adolescentes entre 13 e 17 anos, tendo equilíbrio entre ambos os sexos.

O Casa Lar conta com uma equipe técnica composta por assistente social e psicólogo, mas existem outros funcionários necessários para continuidade deste serviço, sendo todos capacitados periodicamente.

Em relação a infraestrutura, a instituição acima mencionada, dispõe de espaço para convivência, porém não tem área suficiente destinada para estudo, lazer e esportes, bem como não tem muro de proteção na frente, concluindo que, a segurança do espaço é insuficiente. Ressalta-se que, apesar de não haver essa área, promove atividades educacionais e de reforço escolar, bem como oferece atividades de lazer e cultura.

Além do mais, com a alta demanda de atendimento nesse serviço e por não dispor de um carro exclusivo, acaba limitando a efetividade do mesmo.

Por essas razões, tem-se como prioridades as seguintes:

- Ampliação dos quartos;
- Projetar sala de estudos e jogos;
- Murar a frente;
- Adquirir carro próprio.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

É uma unidade pública que faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele oferece serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias em situação de risco social ou com direitos violados, buscando fortalecer a família e promover a inclusão social.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No que tange a faixa etária, são atendimentos, mensalmente, uma faixa de até 10 (dez) adolescentes entre 13 e 17 anos em situação de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, medida socioeducativa, abandono ou negligência, e uso de substâncias psicoativas.

O CREAS conta com uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos, jurídico e administrativo, sendo estes com formação específica para atendimento a esse público.

No que se refere a infraestrutura, julgaram ser muito adequada para o serviço prestado.

Todavia, enfrentam desafios como: a aderência e o interesse por parte dos familiares, e do próprio adolescente.

Como sugestão, foi dada a oportunidade de participarem de mais capacitações.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

É uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

No que se refere a faixa etária atendida de crianças e adolescentes, vai do atendimento de criança, primeira infância (0 a 6 anos), até adolescentes de 17 anos incompletos, ofertando serviços como de: Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; Atendimento psicossocial individual e encaminhamentos a outros serviços.

O CRAS conta com uma equipe técnica composta por assistente social, psicólogo e outros profissionais relevantes para continuidade do serviço.

Em relação a infraestrutura, julgaram ser regular, tendo em vista que, um CRAS há espaços adequados para atividades com crianças e adolescentes, e o outro o espaço não é tão adequado.

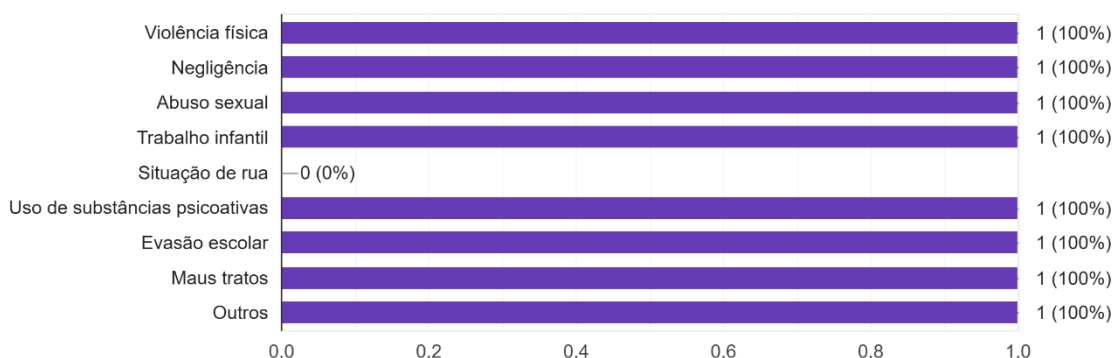
Assim como todo serviço prestado, enfrentam desafios como adequação da faixa etária de acordo com as demandas individuais particularizadas.

E como sugestão geral para melhorar o atendimento de crianças e adolescentes, é fundamental capacitações mais periódicas, bem como mais oferta de oficinas e materiais didáticos.

CONSELHO TUTELAR

É um órgão público essencial na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ele é responsável por zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), intervindo em situações de risco ou violação de direitos desse público.

Cumpre mencionar, que a demanda média de atendimentos mensais é de 11 a 20, sendo os principais casos denunciados os selecionados abaixo:



Há reincidência, apesar de não ser em grande número, em alguns casos, como evasão escolar e diferentes formas de negligência. Em casos específicos, como de crianças e adolescentes encaminhados para o Casa Lar, frequentemente a reintegração familiar não ocorre de forma definitiva ou apresenta dificuldades, pois mesmo depois de 06 (seis) meses de acompanhamento, retornam a situações de pequenos conflitos.

O Conselho Tutelar conta com uma equipe que é composta por: assistente social, psicólogo e administrativo, sendo capacitados, assim como os conselheiros tutelares, com frequência.

Quanto a infraestrutura, esta é adequada para a realização dos atendimentos. Já os recursos disponíveis, foi mencionado que é fundamental a implantação do arquivo digital.

No que se refere a articulação com outros setores, acontece, porém com alguns gargalos, como o fluxo de encaminhamento adequado dos casos e o recebimento das respostas, por conta da transferência de responsabilidade entre os órgãos envolvidos, pelo que observam, alguns setores carecem de capacitações a respeito, comprometendo a agilidade e a eficácia do serviço como um todo, além dos casos não serem tratados com a devida prioridade.

Por essas razões, faz-se necessário um Protocolo Intersetorial claro e efetivo para o atendimento dos casos envolvendo crianças e adolescentes; além de um Sistema Interno



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Informatizado de Gestão, a fim de que, permita o registro padronizado dos atendimentos e facilite o acompanhamento dos casos por toda a rede de atendimento.

COMISSARIADO DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E IDOSO

É uma estrutura do Poder Judiciário, presente na Comarca deste Município, que atua na proteção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e idosos, muitas vezes através da fiscalização do cumprimento de medidas estabelecidas em processos judiciais, podendo articular com a rede de proteção.

Neste Município, é composto por 01 (uma) comissária, que dispõe de veículo para deslocamentos externos. Apesar de não haver protocolos definidos para atuação conjunta com a rede de proteção, se articula com a mesma.

Tem como o principal desafio nesta Comarca a adesão das pessoas em cumprir as determinações da justiça. Por essa razão, sugere o fortalecimento através de palestras sobre educação de direitos e deveres aos usuários.

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO MATERNO INFANTIL – CAIMI

Integra a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo tanto crianças quanto adolescentes, bem como gestantes e puérperas, com uma média de 800 atendimentos mensais, incluindo vacinação, teste do pezinho e triagem (pesagem/ altura/ verificação de pressão arterial).

A equipe conta com: pediatra, ginecologista, neuropediatra, obstetra, nutricionista fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga, assistente social e outros. Há uma demanda reprimida para Fonoaudiologia, Psicologia, Ginecologia, Assistente Social e Terapia Ocupacional. Existe uma fila de espera, para alguns serviços, com uma média de espera de um ano.

Sua infraestrutura se encontra em um local provisório, sendo parcialmente acessível a crianças e adolescentes com deficiência física e mobilidade reduzida, tendo em vista à Unidade principal estar em obra.

Os principais desafios enfrentados nos atendimentos são, atualmente, estrutura física provisória e a carência de profissionais específicos e necessários para os atendimentos a esse público alvo.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF

Integra a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo tanto crianças, quanto adolescentes, quando solicitado, sendo os principais motivos: queixas psicológicas e avaliação nutricional.

Os profissionais que compõem o NASF são: nutricionista, psicóloga e fisioterapeuta, sendo que carece de mais profissionais na equipe para melhor atendimento a esse público.

Ressaltaram a importância de fortalecer o trabalho interdisciplinar e articular com a rede de proteção social para melhorar o cuidado integral a crianças e adolescentes no NASF.

NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO EDUCACIONAL – NAIE

Integra a gestão da Secretaria Municipal de Educação, atendendo tanto crianças, a partir de 06 meses, até adolescentes de 14 anos da rede municipal de ensino. Atualmente, em média, são atendidas 200 crianças e/ou adolescentes.

Os serviços ofertados são: Psicologia, Fonoaudiologia, Psicomotricidade e Psicopedagogia. Há demanda maior em alguns serviços ofertados por carência de profissional.

Todas as ações são registradas através de arquivos.

O NAIE utiliza as seguintes estratégias para promover a inclusão educacional: atendimento educacional especializado, mediadores, formações, e encontro com os pais, entre outras.

Sua demanda é voltada para aprendizagem, apesar de chegarem outras, sendo certos de que para fortalecer o seu trabalho é importante a ação intersetorial, aquisição de materiais e recursos humanos (profissionais).

POLICLÍNICA DR. JUAREZ AMARAL DE ANDRADE

É uma unidade de saúde que oferece atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas, tais como: cardiologista, ortopedista, otorrinolaringologista, oftalmologista, neurologista, endocrinologista e clínico geral. Todas essas especialidades atendem a crianças, exceto neurologista e endocrinologista.

Além disso, há atendimento psicológico para crianças e adolescentes, sendo que, uma psicóloga atende crianças de até 11 (onze) anos e os outros dois psicólogos atendem adolescentes.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Apesar da equipe estar preparada para acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a demanda é muito grande, sendo necessário a contratação de mais profissionais.

Um dos principais desafios enfrentados por essa unidade é o excesso de faltas às consultas, mesmo sendo enviadas mensagens para confirmação da mesma, o que aumenta a demanda.

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO – PNI

Consiste na execução local das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para garantir a vacinação da população contra diversas doenças imunopreveníveis. É uma parte essencial da atenção básica à saúde e acontece através das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), centros de vacinação e campanhas.

É a gestão e execução das ações de vacinação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, com base nas normas técnicas e calendários definidos em nível federal e estadual.

A unidade deste Município conta com sala exclusiva para vacinação, com quatro ou mais profissionais que receberam capacitação nos últimos 12 (doze) meses.

Além disso, contam com sistema informatizado para controle de estoque e aplicação, e as vacinas são armazenadas conforme cadeia de frio. No entanto, frequentemente, uma vez ou mais por mês, ocorre faltas de vacinas.

A unidade segue o calendário nacional de vacinação para crianças e adolescentes, mas encontram resistência dos pais quanto a vacina da COVID-19, mesmo havendo busca ativa e campanhas de conscientização pelas redes sociais e por panfletagem.

Para melhorar a cobertura vacinal nessa faixa etária, a unidade propõe busca ativa intensa, vacinação nas escolas, palestras instrutivas e campanhas seletivas pela estratégia de saúde da família e apoio das instituições.

EIXO 3 – SECRETARIAS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é o órgão responsável pela formulação, coordenação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais no âmbito do



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

município. Sua missão principal é garantir o acesso, a permanência, a equidade e a qualidade da educação oferecida às crianças e adolescentes no sistema público municipal.

A SME conta com 32 creche/escolas municipais, tendo 5.086 crianças e/ou adolescentes matriculados, atendendo a toda a demanda por vagas na educação infantil e ensino fundamental, não existindo regiões do município com maior dificuldade de acesso à escola.

Quanto aos recursos humanos, em alguns períodos há insuficiência de professores e profissionais de apoio nas escolas devido às licenças e desistências, levando tempo para suprir tais vagas. Mas, não deixam de receber a formação continuada, principalmente, sobre os seguintes temas: educação inclusiva, educação infantil e ensino fundamental I.

No que se refere a integração com a rede de proteção, a SME participa regularmente de articulações intersetoriais com outras secretarias e órgãos, e dispõe de protocolo no que diz respeito a evasão escolar chamado “Busca Ativa”, mantendo os dados atualizados com a finalidade de planejar ações de prevenção e intervenção.

O principal fator que afeta o desempenho ou a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, na maioria das vezes, é a falta de responsabilidade por parte das famílias.

Apesar das crianças e adolescentes terem espaço para participação e escuta nas escolas, através dos grêmios e psicólogos, a SME enfrenta desafios como a falta de interesse, principalmente, dos adolescentes e a falta de apoio da família.

Vale ressaltar o serviço ofertado para as crianças com necessidades especiais pelo Espaço Multidisciplinar Evoluir.

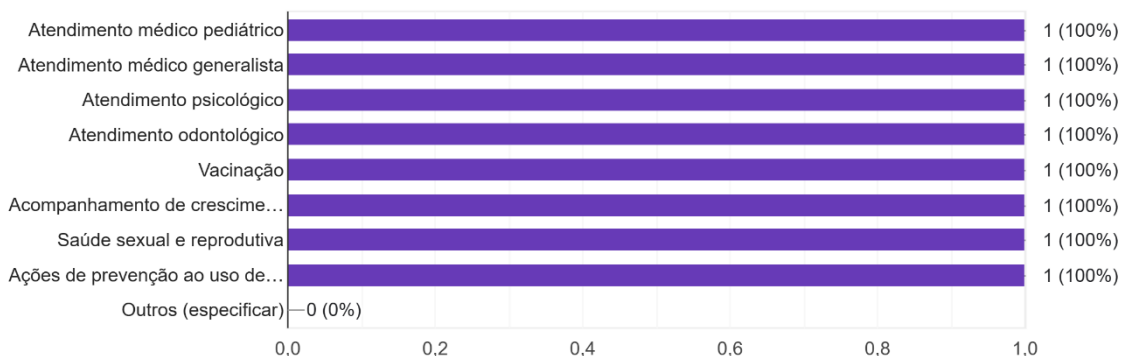
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas públicas de saúde no município. Sua atuação abrange a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população, por meio da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito local. Com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, a Secretaria busca garantir o acesso a serviços de qualidade, fortalecendo a atenção primária, os programas de saúde pública e a vigilância em saúde.

Os serviços disponíveis para crianças e adolescentes são:



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Cumprе ressaltar que, os profissionais são, ocasionalmente, capacitados para o atendimento infantojuvenil, mas ainda sim, para melhorar os serviços ofertados a esse público, faz-se necessário mais capacitações aos profissionais. Como existe alta demanda de atendimentos, o ideal aumentar a equipe.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Segurança Pública é o órgão da administração municipal responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas públicas voltadas à promoção da segurança, ordem pública e prevenção da violência e ainda desempenha um papel fundamental na promoção da segurança e na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no município.

Os principais tipos de ocorrências registradas com crianças e adolescentes nos últimos 12 meses são: uso/tráfico de drogas e desaparecimento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

A Secretaria Municipal de Esportes tem um papel essencial na promoção do desenvolvimento saudável e na inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva.

A faixa etária que a referida Secretaria atende é a de 09 a 14 anos de idade, com o número estimado de 150 crianças e/ou adolescentes, através dos programas/projetos como: escolinha de futebol, de campo e de futsal; artes marciais; e escolinha de canoagem.

Os profissionais são capacitados para atender a esse público, com formação superior em Educação Física, e articulam com a rede, principalmente, com o CRAS.



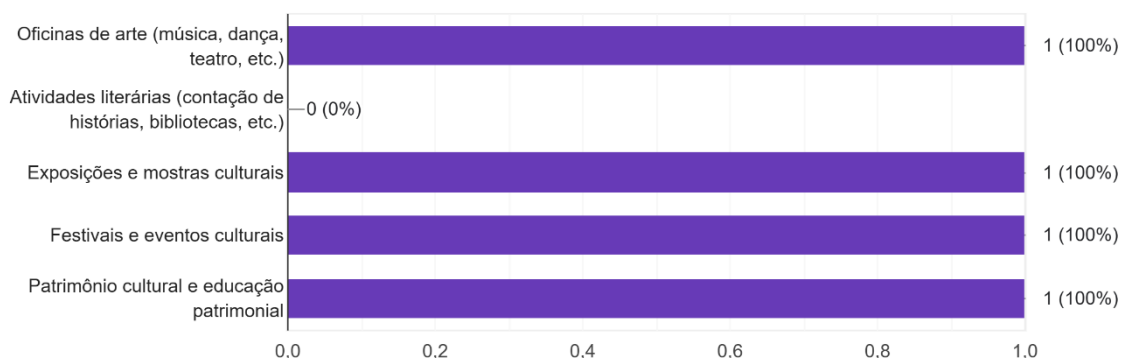
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os principais desafios são falta de material, devido ao baixo orçamento, e também de profissionais formados em Educação Física.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura tem um papel fundamental na promoção do acesso à arte e à cultura para crianças e adolescentes, reconhecendo esses direitos como essenciais para o desenvolvimento humano, social e educacional.

A Secretaria em questão atende crianças a partir de 08 anos, através das principais atividades ofertadas:



Além disso, realiza ações em parceria com outras secretarias que ocorrem no município inteiro, de cunho esportivo, educativo, social e turístico, havendo ações específicas voltadas para crianças com deficiência ou necessidades especiais.

Todavia, enfrentam desafios como a falta de suporte psicossocial (psicólogos e pedagogos). Diante disso, sugerem a criação de uma rede integrada para atendimento/acolhimento psicossocial destas crianças.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

A Secretaria Municipal de Turismo e Lazer desempenha um papel importante na oferta de oportunidades para crianças e adolescentes vivenciarem atividades de lazer, cultura e turismo, promovendo o acesso as experiências enriquecedoras que contribuem para seu desenvolvimento pessoal, social e educativo.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em eventos de grande porte como Exposição e Festa do Cavalo tem o dia da INCLUSÃO para crianças e adolescentes atendendo, inclusive, as crianças assistidas pelos CRAS.

Além disso, há espaços de participação direta de crianças e adolescentes no planejamento de ações da Secretaria, por meio das oficinas e atividades, e também parcerias com outras secretarias e rede de atendimento a crianças e adolescentes.

Todavia, ainda sim é preciso criar mecanismos de absorção, sistematização, encaminhamento e execução das demandas apresentadas pela sociedade.

Por fim, sugeriram criar um ambiente favorável à exposição de ideias e à troca de informações, no qual todos se sintam responsáveis pela qualidade do desempenho coletivo, é o primeiro passo para garantir um diálogo constante e eficaz entre todos; e também palestras/capacitações para obtenção de mais conhecimento, principalmente, sobre o tema inclusão.

EIXO 4 – SAÚDE

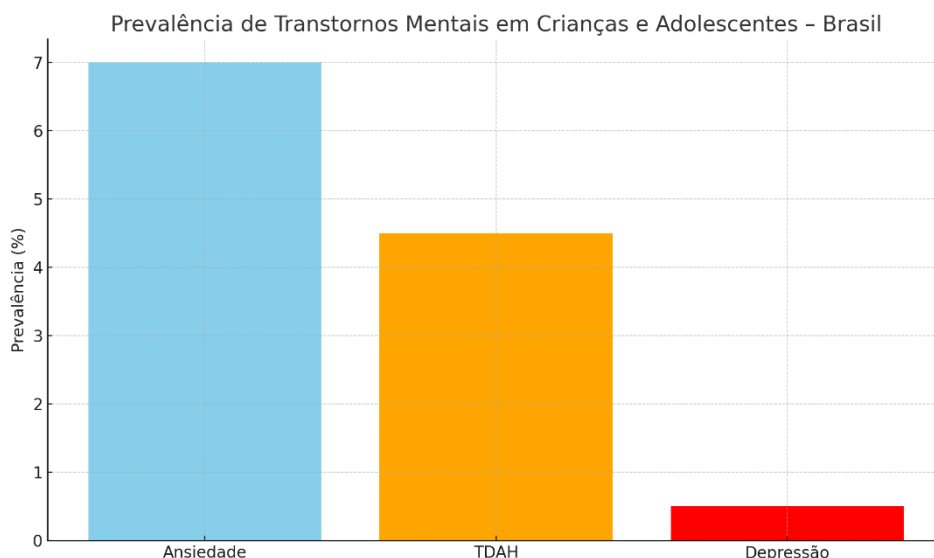
DEPARTAMENTO DE SAÚDE MENTAL

O município conta com CAPS, ambulatório de saúde mental e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A equipe multiprofissional inclui psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermagem e técnicos em enfermagem.

Apesar dessa estrutura, os desafios incluem: equipe insuficiente para alta demanda, o que ocasiona fila de espera para atendimento; e ausência de unidade específica para atendimento à saúde mental do público infantojuvenil.

Dados nacionais apontam que 30% dos adolescentes apresentam transtornos mentais comuns, sendo mais prevalente entre meninas (38,4%) do que meninos (21,6%). Estima-se que 13% de crianças e adolescentes tenham diagnóstico de saúde mental, mas apenas 37,5% dos casos graves recebem tratamento.

As hospitalizações psiquiátricas aumentaram 36% entre crianças de 10 a 14 anos e 12% entre jovens de 15 a 19 anos. Os transtornos mais frequentes incluem ansiedade (7%), TDAH (4,5%) e depressão (0,5%). A taxa de suicídio juvenil cresceu 30% em 28 anos.



Recomendações para o município:

- Expandir a cobertura e equipe dos serviços RAPS;
- Criar unidade específica de saúde mental infantojuvenil;
- Integrar ações de saúde, assistência e educação;
- Promover campanhas contra estigma e prevenção do suicídio.

HOSPITAL HÉLIO MONTEZANO DE OLIVEIRA

O atendimento em saúde voltado para crianças e adolescentes representa uma das áreas mais sensíveis e estratégicas dentro da assistência hospitalar, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Garantir um cuidado integral, humanizado e de qualidade a essa população exige a articulação de diversos setores, profissionais qualificados e infraestrutura adequada.

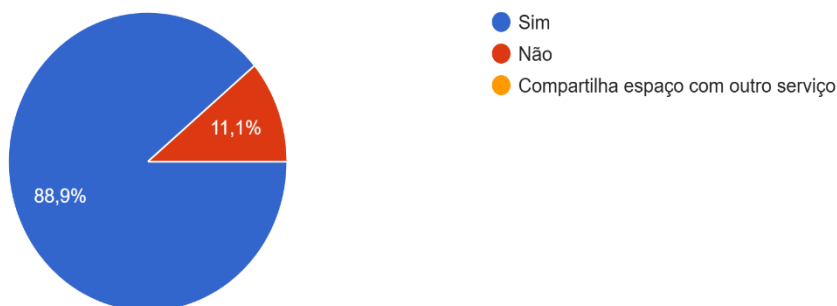
Apesar do referido Hospital não contar com pronto atendimento exclusivo ou prioritário para crianças e adolescentes, bem como profissionais capacitados em pediatria presentes 24h por dia. O atendimento à criança/adolescente conta com equipe multidisciplinar em: Psicologia, Serviço Social, Nutricionista, Enfermagem, Pediatras, Fisioterapia e Fonoaudiólogo. Além disso, também dispõe de leitos exclusivos para internação pediátrica, sendo a faixa etária atendida de 0 a 15 anos.

Mesmo assim, é relevante mencionar que é necessário capacitações e/ou especializações na área, para, pelo menos, responsáveis pela enfermagem.

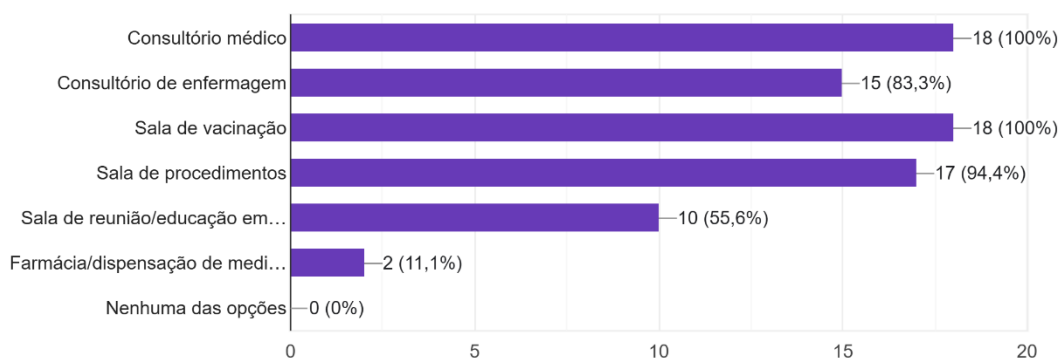
EIXO 5 – ATENÇÃO BÁSICA (ESFs)

A análise feita neste eixo considerou as 18 (dezoito) respostas das unidades de Estratégias da Atenção Básica (ESF) no cuidado de crianças e adolescentes.

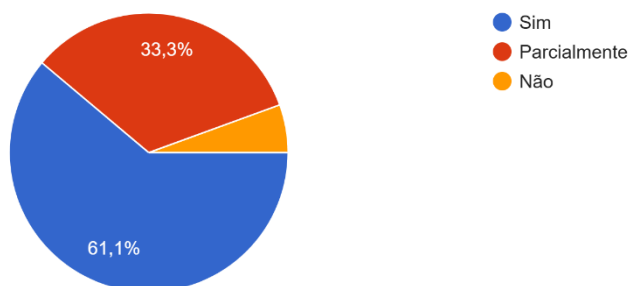
A Unidade que possui sede própria? 16 sim; 02 não



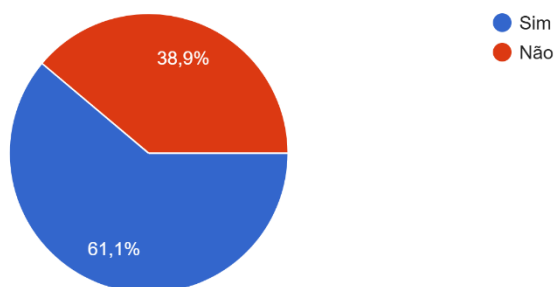
Salas específicas para os seguintes atendimentos:



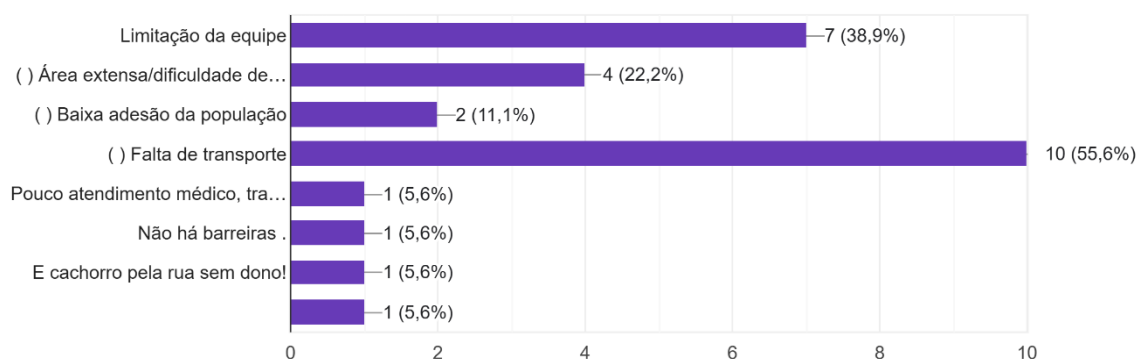
Em relação a equipe mínima (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agente comunitários de saúde) está completa? 11 sim; 06 parcialmente; e 01 não



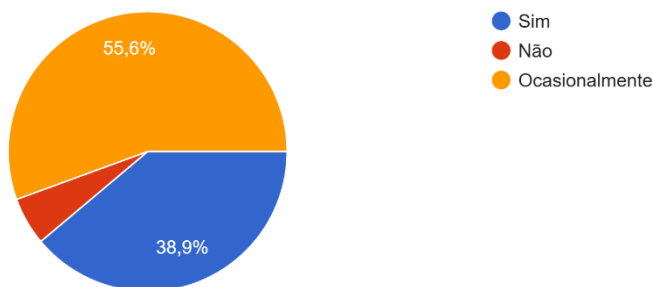
A Unidade cobre 100% da população adscrita? 11 sim; 07 não



Quais as principais barreiras para ampliação do acesso?



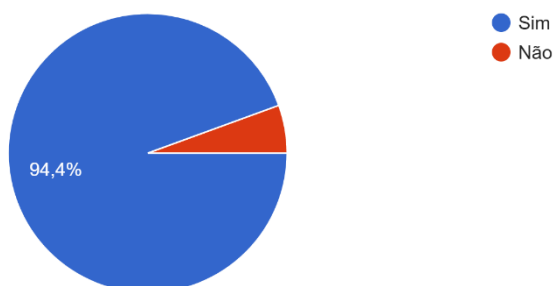
A Unidade realiza ações regulares de educação em saúde? 10 ocasionalmente; 07 sim; e 01 não



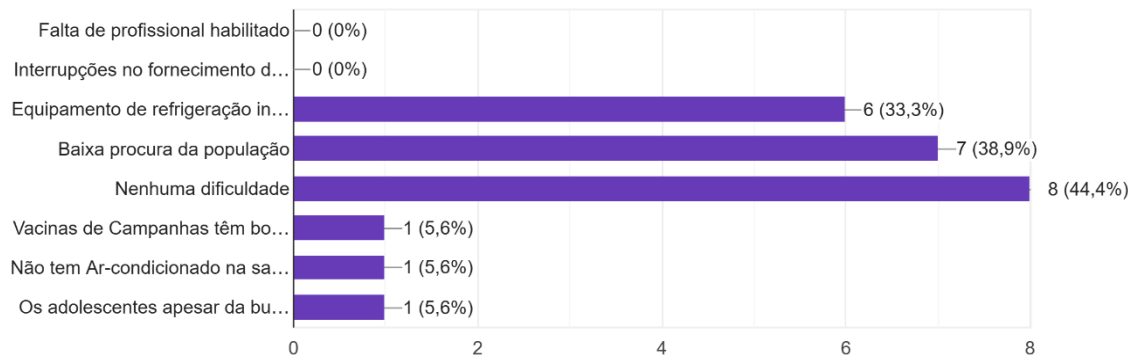
Os temas mais abordados nessas ações são:

- Saúde da mulher;
- Saúde bucal;
- Saúde dos idosos e adolescentes;
- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Câncer de mama, útero e próstata; Outubro rosa e Novembro azul
- Saúde nas escolas/Vacina;
- Hipertensão/Diabetes;
- Setembro amarelo;
- Cuidados com as mães;
- Saúde das famílias;
- Saúde mental/Autoestima;
- Prevenção; Sexualidade;
- Combate à dengue.

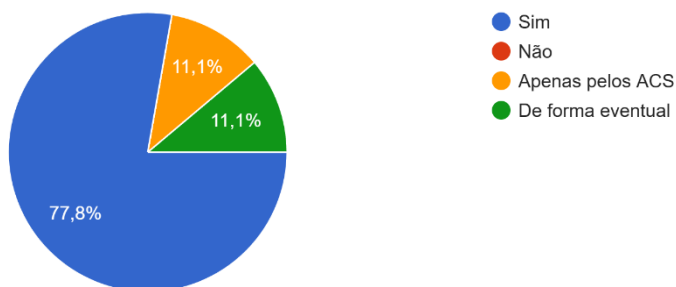
A sala de vacinação está ativa? 17 sim; 01 não



Quais dificuldades a unidade enfrenta na vacinação?



As visitas domiciliares estão sendo realizadas com regularidade? 14 sim; 02 de forma eventual; 02 apenas pelos agentes comunitários de saúde



Alguns fatores que limitam a realização de visitas domiciliares são:

- Falta de transporte;
- Cachorros soltos pela rua;
- Falta de agentes comunitários de saúde.

As principais necessidades atuais das unidades são:

- Transporte;
- Manutenção predial e elétrico;
- Manutenção de equipamentos em geral;
- Construção de novas unidades em substituição aquelas mais precárias;
- Sede própria, para aquelas que não tem;
- Capacitação dos profissionais;
- Mobiliário e equipamentos adequados;
- Materiais e itens básicos.

Sugestões ou comentários adicionais:

- Fiscalização regular;
- Retirada de cachorros em frente a unidade, pois os mesmos avançam nas pessoas.

Recomendações Prioritárias:

- Recompôr equipes (médicos e ACS), priorizando ESFs com maior atraso vacinal e menor execução de visitas;
- Regularizar fluxo e cadeia fria de imunização;
- Treinar profissionais e planejar busca ativa;
- Viabilizar transporte/motorista dedicado para visitas domiciliares (rota semanal por microárea);
- Manutenção predial e reposição de mobiliário/equipamentos nas unidades com menor adequação estrutural;
- Pactuar protocolos intersetoriais;
- Implantar rotina de monitoramento com painel mensal de indicadores (cobertura, vacinação, visitas, espera).

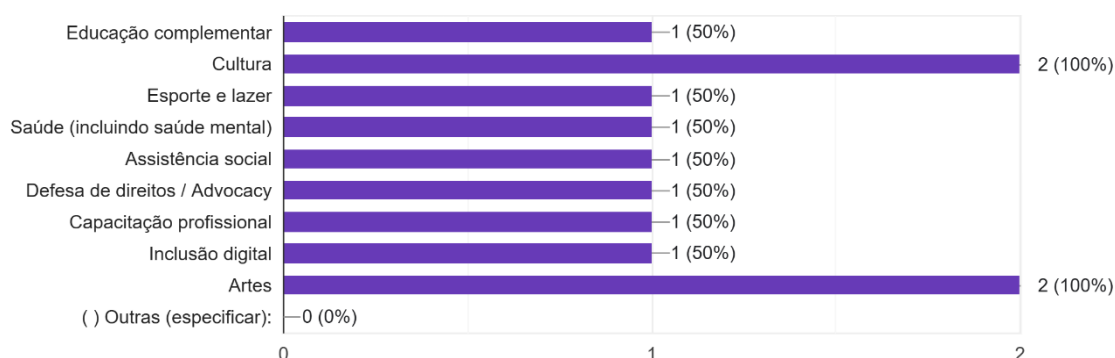
EIXO 6 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC

Atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes para o fortalecimento das políticas públicas voltadas a esse público, contribuindo para a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos, como também contribui para o planejamento de ações mais eficazes, baseadas em evidências concretas e alinhadas às reais necessidades dos

territórios, fortalecendo a articulação entre o poder público e a sociedade civil, promovendo a transparência, a corresponsabilidade e a construção de uma rede de proteção mais integrada e eficiente.

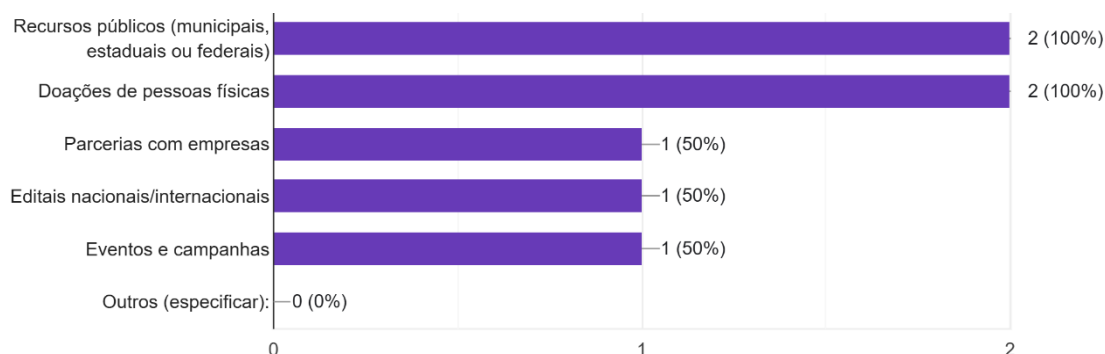
Abaixo, foram consideradas as respostas enviadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e da Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências – APLAC, que se disponibilizaram a participar deste diagnóstico.

Apesar de serem de naturezas jurídicas diferentes, ambas se relacionam no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em nosso município, principalmente nas áreas de cultura e artes.



O público alvo varia, mas inclui todas as faixas etárias pela APAE e entre 13 e 17 anos, na APLAC e participam de redes, fóruns ou conselhos relacionados à infância e adolescência para aprimoramento do atendimento a esse público.

As OSC acima mencionadas recebem recursos públicos, sendo as principais fontes de financiamento, as seguintes:



Contudo, há desafios enfrentados, como: falta de políticas públicas para maior investimento financeiro e de profissionais habilitados para trabalhar com público alvo.

Ambas as OSC avaliam os impactos de suas ações das seguintes formas:

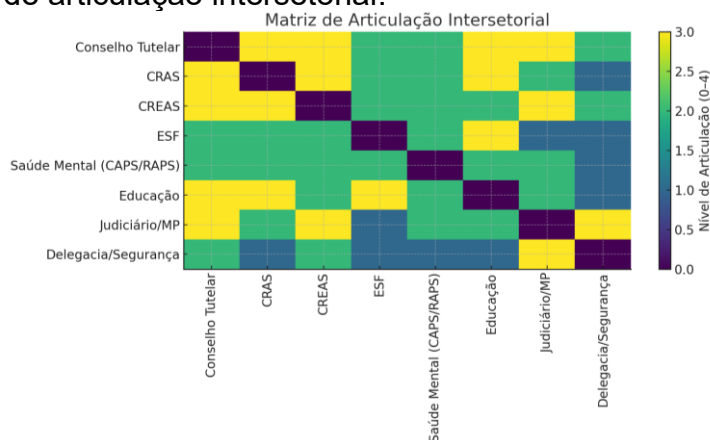
- por meio de um sistema integrado que envolve: avaliação diagnóstica inicial e reavaliações periódicas; monitoramento contínuo das atividades pela equipe multidisciplinar; participação ativa das famílias no acompanhamento do processo; adoção de indicadores objetivos para medir a assertividade e qualidade dos serviços;
- pelos objetivos alcançados, tendo como resultados a motivação para leitura, desenvolvimento do espírito crítico e maior desenvoltura para apresentação em público.

Porém, é preciso mais, principalmente, parceria do poder público municipal para a expansão das ações da Instituição e a busca para sempre integrar nossas crianças e adolescentes ao convívio social saudável voltado para cultura e a moralidade objetivando uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

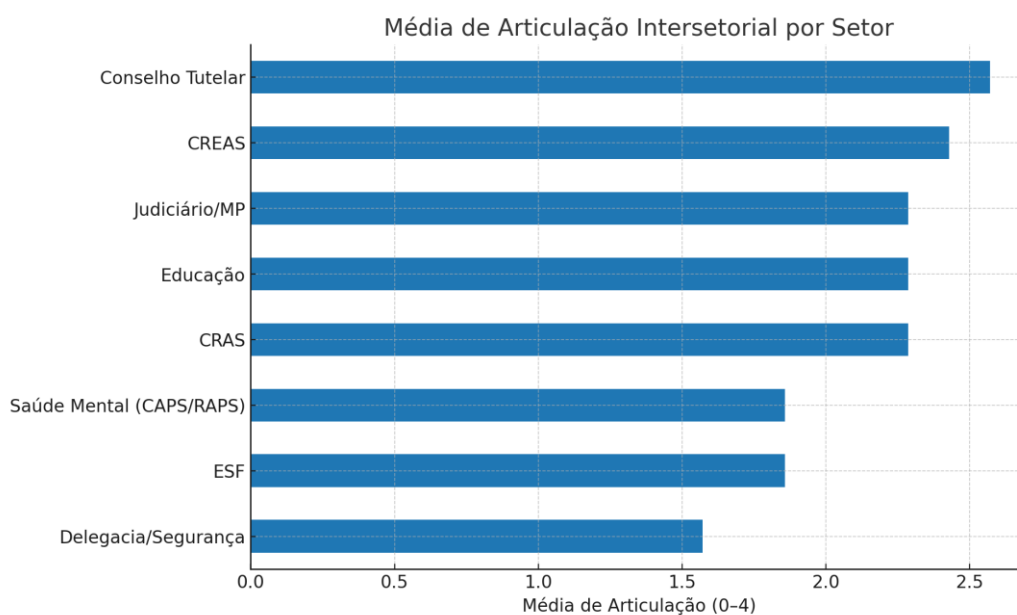
EIXO 7 – ARTICULAÇÃO E FLUXO INTERSETORIAL

A articulação e o fluxo intersetorial entre os diversos serviços que compõem a rede de atendimento a crianças e adolescentes são fundamentais para a efetivação de uma política integrada e eficaz de proteção integral. A análise intersetorial é, portanto, indispensável para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e para a construção de respostas mais coordenadas, humanizadas e efetivas frente às múltiplas demandas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

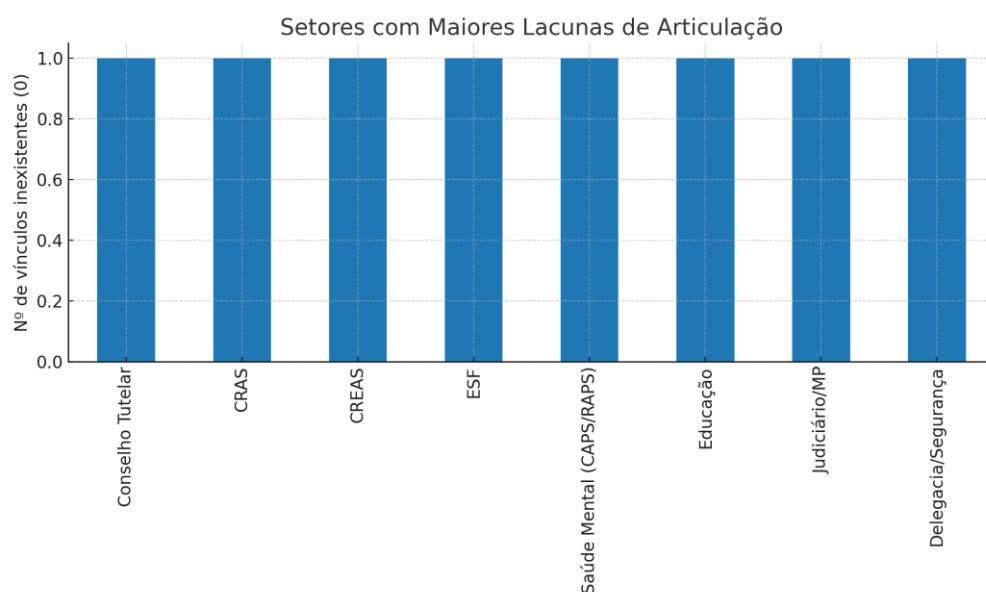
Heatmap da matriz de articulação intersetorial.



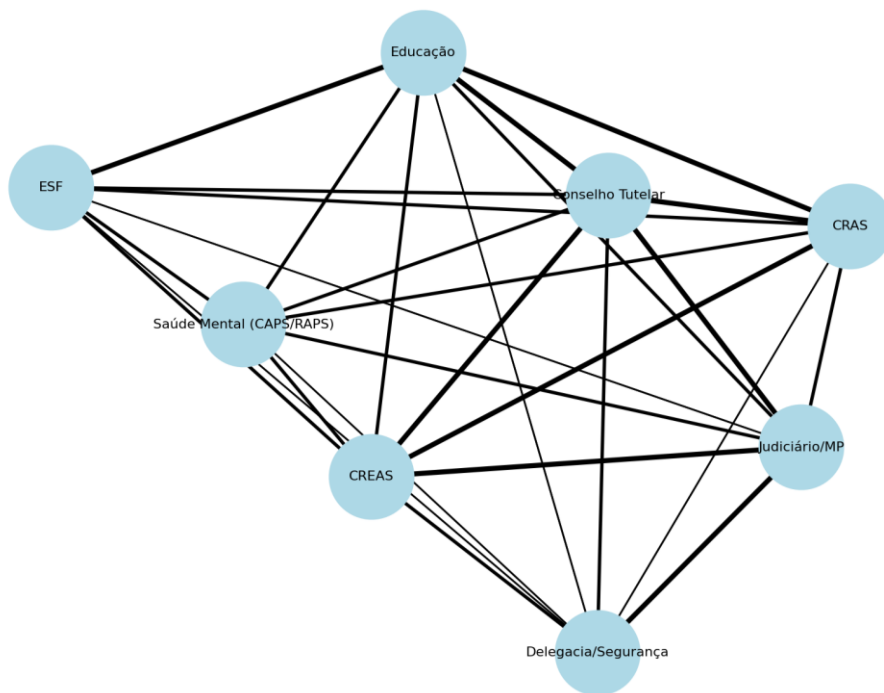
Média de articulação por setor – evidencia maior robustez de fluxos no CREAS, CRAS e Conselho Tutelar.



Número de vínculos inexistentes por setor – Educação e Segurança apresentam mais lacunas.



Mapa de rede intersetorial – conexões mais espessas indicam maior nível de articulação.



Recomendações:

- Pactuar protocolos formais de fluxo entre Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Saúde (ESF/RAPS);
- Estabelecer sistema único de registros e devolutivas intersetoriais (plataforma digital municipal);
- Fortalecer o eixo Educação, com fluxos padronizados de notificação de evasão escolar e violência;
- Ampliar o envolvimento da Segurança Pública em fluxos preventivos, não apenas reativos;
- Formalizar reuniões mensais de rede com participação do Judiciário/MP e secretarias municipais.

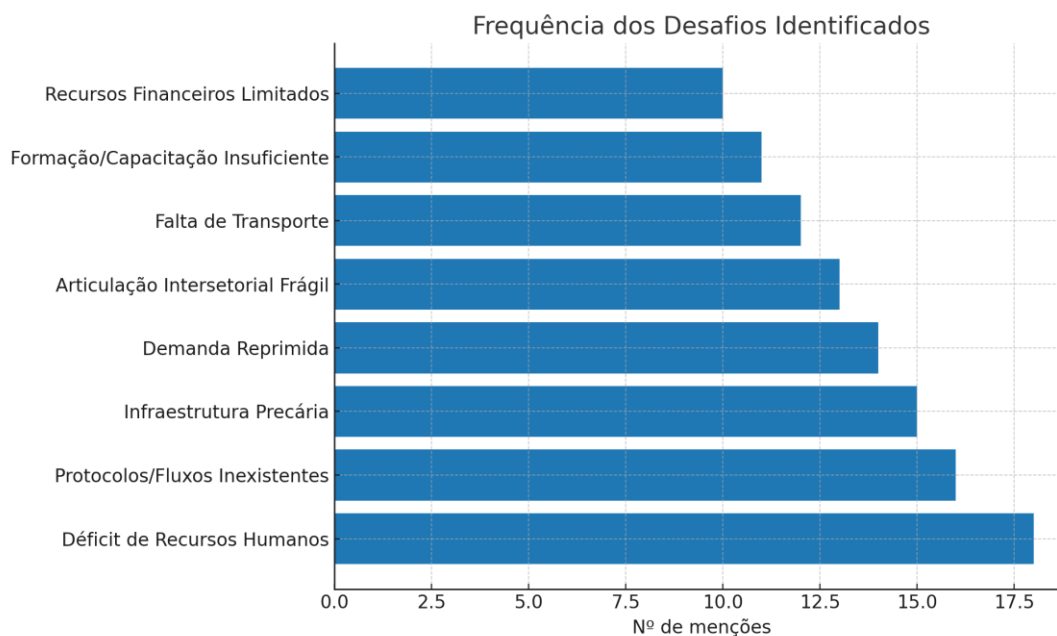
EIXO 8 – DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES GERAIS

Foram sistematizados os principais desafios enfrentados pela rede de atendimento à criança e ao adolescente. Eles foram classificados em oito categorias: déficit de recursos

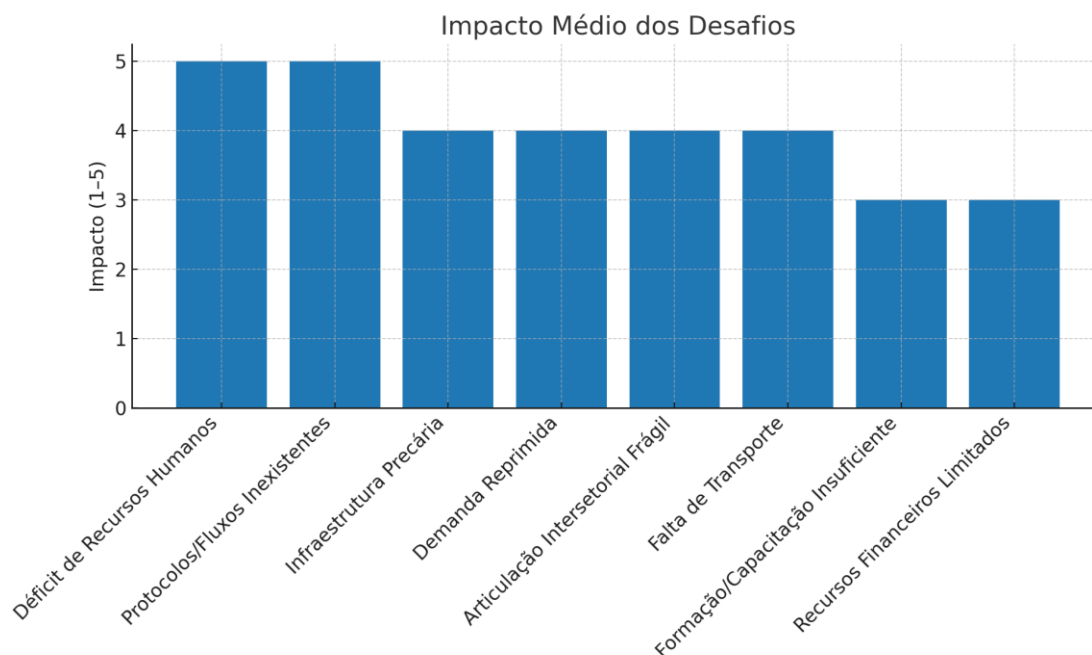
humanos, infraestrutura precária, falta de transporte, protocolos/fluxos inexistentes, demanda reprimida, articulação intersetorial frágil, recursos financeiros limitados e formação/capacitação insuficiente.

Categoria	Frequência	Impacto (1–5)	Prioridade
Déficit de Recursos Humanos	18	5	90
Protocolos/Fluxos Inexistentes	16	5	80
Infraestrutura Precária	15	4	60
Demanda Reprimida	14	4	56
Articulação Intersetorial Frágil	13	4	52
Falta de Transporte	12	4	48
Formação/Capacitação Insuficiente	11	3	33
Recursos Financeiros Limitados	10	3	30

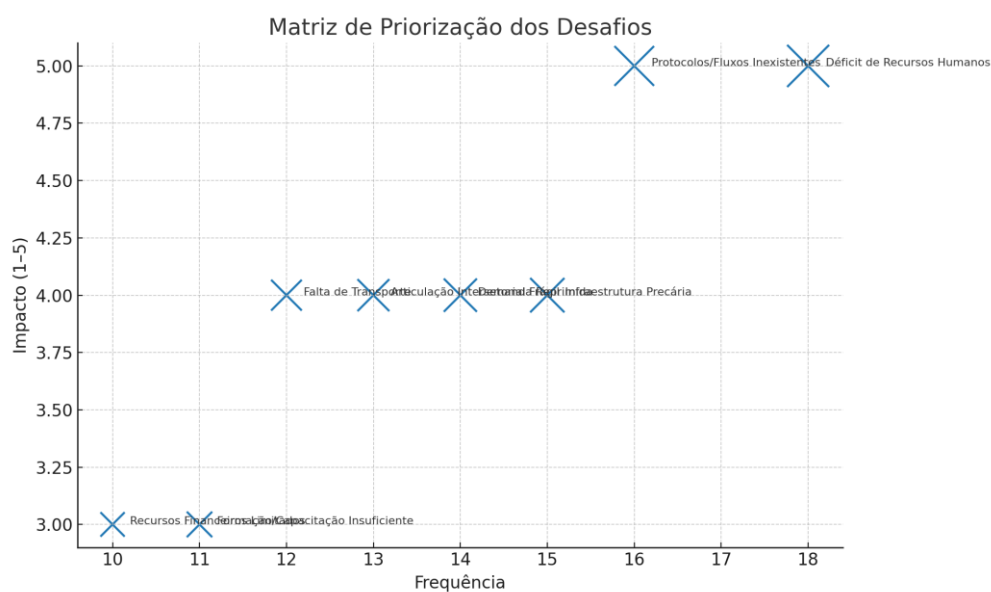
Frequência absoluta dos desafios relatados



Impacto médio atribuído a cada desafio



Matriz de priorização, combinando frequência e impacto





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Recomendações Estratégicas

- Reforçar recursos humanos: recomposição de equipes mínimas em todos os serviços, priorizando médicos, psicólogos e AC;
- Investir em infraestrutura: manutenção predial, mobiliário e adequação dos espaços de acolhimento e unidades de saúde;
- Garantir transporte institucional: veículos exclusivos para visitas domiciliares, busca ativa e transporte de usuários;
- Formalizar protocolos: fluxos intersetoriais claros e pactuados com Saúde, Educação, CRAS, CREAS, Judiciário e MP;
- Implementar sistema integrado de informação: registros padronizados, devolutivas sistemáticas e monitoramento online;
- Investir em capacitação contínua: formações intersetoriais sobre acolhimento, saúde mental, prevenção de violências e direitos;
- Estabelecer monitoramento: painel de indicadores e reuniões mensais para ajustes de estratégias.

Pollianny S. de Sá
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos de Criança e Adolescente
de Santo Antônio de Pádua